

Ata nº6/2017
(relativa à reunião do Conselho Pedagógico de 10 de maio de 2017)

No décimo dia do mês de maio de 2017, pelas 9 horas e 40 minutos, teve início a reunião ordinária do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDL), presidida pelo Professor Doutor José Renato Gonçalves e secretariada pelo discente Afonso Olivares, regularmente convocada, nos termos do artigo 58º, nº1, dos Estatutos da FDL, e com a seguinte ordem de trabalhos previamente estabelecida: 1. Aprovação do projeto de Ata da reunião anterior; 2. Audição da Senhora Diretora Executiva, Prof.ª Doutora Cláudia Madaleno, sobre algumas situações irregulares anteriormente apresentadas ao Conselho Pedagógico; 3. Revisão do Regulamento de Avaliação de Conhecimentos na Licenciatura: Parecer do Conselho Científico; 4. Outros assuntos.

Estiveram presentes os seguintes membros docentes do Conselho Pedagógico: Prof. Doutor José Renato Gonçalves, que presidiu, Dr. Tiago Fidalgo Freitas, Prof.ª Doutora Miriam Afonso Brigas, Dr. João Lemos Esteves, Dr. Jorge Veiga Testos, Dra. Sara Matos, Dr. Jorge Pação e Dr. João Serra de Sousa. Estiveram igualmente presentes os seguintes membros discentes: Afonso Olivares (que secretariou a reunião), Mónica Almeida, João Pinto Ramos, Francisco Pimenta, Raquel Goldschmit, Joana Costa Lopes, Jéssica Lopes, Filipa Teixeira Dinis e Miguel Afonso Diogo. O discente Eduardo Moita, Vogal do Departamento Pedagógico da AAFDL, esteve presente na reunião nos termos do artigo 58º, nº2, dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa, em representação do presidente da AAFDL. O Presidente do Conselho Pedagógico começou a reunião expondo algumas informações prévias à ordem de trabalhos: mencionou que o parecer do conselho científico ainda não tinha sido emitido, informou os membros do Conselho da alteração da ordem das provas da turma B do 3º ano ocorrida e da respetiva confirmação por despacho da Direção, eu nota de uma notícia recentemente publicada relativa à FDL, em que era considerada como a maior Faculdade de Direito do país, lembrou os membros do Conselho da presença na reunião para audição da Sra. Diretora Executiva, Prof.ª Doutora Cláudia Madaleno, e por fim confirmou quer a publicação de todas as atas até à da reunião anterior, inclusive, quer a disponibilidade dos inquéritos relativamente ao 1º semestre do ano letivo em curso. O Prof. Doutor José Renato Gonçalves propôs ainda que a próxima reunião do Conselho Pedagógico ficasse



agendada, em princípio, para o próximo dia 7 de junho.

Dada a ausência momentânea de vários membros docentes, o Presidente do Conselho adiou a discussão do projeto de ata para o fim da reunião. Por volta das 9h50 o Dr. Jorge Pação entrou na reunião. Após a entrada deste mesmo docente, o Prof. Doutor José Renato Gonçalves colocou-o a par das informações anteriormente referidas. Ainda no período de antes da ordem do dia, o Dr. Jorge Pação transmitiu ao Conselho que vários dos seus alunos o informaram ter ocorrido a marcação de “mini-testes” em diversas disciplinas durante o período de realização dos testes de avaliação contínua previstos no Regulamento. Por esse facto, os alunos manifestaram dificuldade em estudar para os testes de avaliação contínua, nomeadamente para o teste de Direito Administrativo. Assim, colocou à consideração dos membros discentes uma eventual reação a este facto, recordando o papel quer da AAFDL quer do Conselho Pedagógico nesta matéria.

Depois, o Prof. Doutor José Renato Gonçalves felicitou e deu as boas vindas ao novo Vogal da AAFDL, o discente Eduardo Moita, e sublinhou a importância da presença da Associação no Conselho. O discente Eduardo Moita agradeceu as palavras do Presidente e respondeu aos factos relatados pelo Dr. Jorge Pação enunciando o artigo 15º, alínea b), do Regulamento de Avaliação, que consagra a possibilidade de se realizarem hipóteses práticas e questionou o docente se nestas hipóteses não se podem enquadrar exercícios escritos.

O Dr. Jorge Pação referiu que nos casos em que a “realização de hipóteses práticas” passa pela realização de um “exercício” com um dia e hora marcados, e para um período superior a 40 minutos, estaremos materialmente perante um teste, para o qual não existe fundamento regulamentar. Concluiu, deste modo, que a avaliação destas situações deve ser feita caso a caso. O Prof. Doutor José Renato Gonçalves referiu ser relevante conhecer os factos com precisão para o Conselho se poder depois pronunciar. Às 10 horas, como previsto na convocatória, o Presidente do Conselho convidou a Sra. Diretora Executiva, Prof.ª Doutora Cláudia Madaleno, a entrar para que se pudesse dar início à audição sobre as situações irregulares anteriormente apresentadas ao Conselho, designadamente relativas ao funcionamento da nova plataforma Fénix. O Prof. Doutor José Renato Gonçalves cumprimentou e agradeceu a presença e disponibilidade da Sra. Diretora Executiva, recordando-lhe o motivo pelo qual foi pedida a sua audição (dificuldades na aplicação da plataforma Fénix) e questionou a Sra. Diretora Executiva sobre o que falhou, por que razão isso se verificou e quais as soluções já encontradas

para a resolução das referidas dificuldades.

A Sra. Diretora Executiva agradeceu o convite e enalteceu a importância de comunicar com o Conselho Pedagógico sobre a plataforma Fénix. Respondendo ao Prof. Doutor José Renato Gonçalves, a Prof.^a Doutora Cláudia Madaleno começou por apresentar aquele que foi o principal objetivo da instauração desta plataforma, objetivo que resultou de uma reunião entre os órgãos da direção de todas as escolas ainda no ano letivo de 2014/2015 e consistia em assumir a uniformização do sistema informático em todas as Faculdades para facilitar a recolha de dados sobre os alunos, pagamento de propinas e outros dados relevantes. Às 10h07m entrou na sala o Dr. João Lemos Esteves.

Continuando a sua exposição, a Prof.^a Doutora Cláudia Madaleno afirmou que houve um concurso internacional público promovido pelo QREN que estipulava um prazo de implementação até o início do ano letivo 2016/2017. Neste concurso, não foi parte a Faculdade de Direito, mas sim a Reitoria da Universidade. A Diretora Executiva referiu que se tentou adiar a implementação da plataforma devido à falta de capacidade da empresa em lidar com todas as escolas que integrariam o sistema e principalmente em lidar com os sistemas utilizados na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito, que apresentavam aspetos muito específicos. Às 10h09 entrou a Prof.^a Doutora Miriam Afonso Brigas.

A Sra. Diretora Executiva referiu que no mês de agosto houve que tomar uma decisão por receio das possíveis consequências financeiras (de cerca de 200/300 mil euros) que a não implementação do Fénix implicaria para a Faculdade, risco que seria insuportável. Contudo, no caderno de encargos não se previu a formação dos funcionários suficientes (só se programou um dia de formação) que garantisse uma boa monitorização e operacionalização do sistema. Para colmatar esta lacuna, foi contratada uma empresa pela Faculdade para esse efeito. Entretanto, já houve quatro ações de formação, mas não se conseguiu fazer antes do início do ano letivo, como era necessário, porque a empresa que elaborou e conhece o programa (IST-CUBEIT) não tinha capacidade para dar formação e outras empresas não conheciam ainda o programa. Desde o início do ano, a formação foi prestada pela empresa Digitalis.

Relativamente aos Mestrados e Doutoramentos, a Prof.^a Doutora Cláudia Madaleno referiu que o sistema e a sua monitorização estavam previstos para um Regulamento que viria a ser alterado dois ou três meses antes da implementação do sistema e daí as



he
A

dificuldades que sugiram, ainda que se tenha garantido a sua implementação. A primeira fase de execução já está terminada, enquanto a segunda, a da atualização do sistema, ainda esteja em falta. Para esta segunda fase, pode ser contratada uma outra empresa, pois a licença do Fénix é aberta, o que comporta custos. O Fénix inclui um sistema que é comum e também especificidades para cada Faculdade e é aqui que uma nova empresa pode ser contratada porque não há licença como nos aspetos comuns.

O Prof. Doutor José Renato Gonçalves agradeceu a exposição, que considerou muito clara, e perguntou aos membros do Conselho quem pretendia dirigir questões ou observações sobre os aspetos abordados. O Dr. Jorge Pação também agradeceu a disponibilidade da Prof.^ª Cláudia Madaleno e mencionou várias dificuldades sentidas por todos, docentes e discentes, com mau funcionamento da Escola devido à não operacionalidade da plataforma Fénix, em especial no início do ano letivo. E perguntou se havia conhecimento de dificuldades similares sentidas noutras faculdades, por efeito da adoção da plataforma Fénix. Questionou ainda a Diretora Executiva se já estava a ser planeada a adaptação da plataforma Fénix à aprovação do novo Regulamento de Avaliação da licenciatura.

O representante da AAFDL, Eduardo Moita, colocou também duas questões: se no caderno de encargos não estava prevista a formação por falta de empresas habilitadas e porque razão não foi referida a falta de recursos no caderno de encargos. Respondendo de imediato, a Prof.^ª Doutora Cláudia Madaleno afirmou não saber a razão da não previsão da formação no caderno de encargos e também que não conhecia o porquê dessa informação não ter ficado por escrito. A propósito dos atrasos nas marcações das orais, a discente Raquel Goldschmit levantou o problema, já referido em anteriores reuniões, de marcações de exames orais durante os fins-de-semana. Por seu lado, o Dr. Jorge Testos salientou que as classificações são públicas e por isso perguntou quando estarão disponíveis as notas para o público em geral.

Respondendo às questões colocadas, a Sra. Diretora Executiva disse que as notas já estão disponíveis na página internet da Faculdade e que podia enviar o *link* em que as classificações estão disponíveis aos membros do Conselho. Referiu também que na Faculdade de Letras houve muita contestação à nova plataforma, não tendo, todavia, conhecimento da situação em outras faculdades. Relativamente ao futuro, manifestou alguma preocupação com a adaptação da plataforma e considerou que a maior dificuldade surgirá logo com a distribuição de alunos por subturma e com a marcação

das orais, pois são dados que se modificaram com a revisão do Regulamento de Avaliação.

O Prof. Doutor José Renato Gonçalves referiu o problema que tem persistido de existirem subturmas com mais de 40 e até de 45 alunos e, por outro lado, outras subturmas com menos de 20 alunos, inclusivamente nas mesmas unidades curriculares e turmas. A Prof.^a Doutora Cláudia Madaleno disse não ter presente informação sobre os elementos referidos, mas a discente Filipa Teixeira confirmou o facto dando exemplos concretos de várias dessas situações. A Diretora Executiva afirmou que não tinha conhecimento desses factos concretos, mas disponibilizou-se a facultar posteriormente o número exato de alunos pelas subturmas. O Prof. Doutor José Renato Gonçalves referiu que essa informação já tinha sido enviada e distribuída e analisada pelo Conselho Pedagógico, bem como abordada, especificamente, com o Dr. Bertolino Campaniço, em reunião anterior, confirmando-se, por isso, a existência dessas irregularidades. A discente Filipa Teixeira identificou muitas subturmas de vários anos da licenciatura com mais de 30 e de 40 alunos, o que considerou indesejável.

A Diretora Executiva respondeu que para melhorar esta situação seria necessário aumentar ou o número de docentes ou o número de salas. O discente Eduardo Moita levantou o problema de que no Fénix algumas unidades curriculares não disponibilizam o programa e questiona se isto se deve a uma falha do sistema ou da falta de cumprimento dos docentes. Face às várias questões, a Sra. Diretora Executiva começou por referir que, desde novembro/dezembro, quando da contratação da Digitalis, têm ocorrido ações de formação na Faculdade de Direito e na Faculdade de Psicologia e relativamente à situação da marcação de orais durante o fim de semana, remeteu para o Dr. Bertolino Campaniço e para a Dona Dália Marinho, mas acrescentou que a marcação individual de quatro mil exames orais levanta muitas dificuldades, sem excluir a existência de erros. Ainda sobre este tema, referiu que as orais marcadas com menos de 48 horas foram adiadas sempre que apresentada reclamação pelos alunos; quanto à falta da disponibilização dos programas, referiu que nesta altura do ano são solicitados os programas para o próximo ano letivo aos docentes e que alguns não chegam a enviar os programas.

O Prof. Doutor José Renato Gonçalves informou que as disciplinas de pós-graduação se encontravam entre as mais atingidas pela falta de programas publicados e que, por isso, no início do corrente ano letivo, pediu à Divisão Académica a identificação das unidades



curriculares em que ocorria essa omissão e o subsequente contacto dos docentes responsáveis com vista à regularização do problema, o que permitiu resolver o problema em duas ou três semanas. Por isso, o Presidente do Conselho sugeriu o eventual recurso a esse método: identificação das disciplinas concretas sem programa publicado e contacto dos docentes responsáveis com vista à solução tão breve quanto possível da situação. A Diretora Executiva referiu que havia uma constante tentativa de contactar os docentes, mas ressaltou que um pedido de um funcionário não é uma exigência. Por outro lado, reconheceu que ainda existiam pedidos de revisão de nota do primeiro semestre. O Prof. Doutor José Renato Gonçalves lembrou ainda a falta de publicação de critérios de correção de exames escritos em algumas unidades curriculares, problema que também foi rapidamente resolvido após o contacto direto com os respetivos regentes, que, pelo que se veio a saber, desconheciam a irregularidade.

O Dr. João Serra de Sousa relembrou as falhas humanas e informáticas que perturbaram os momentos de avaliação do primeiro semestre e questionou a Diretora Executiva sobre como decorrerá a próxima época de avaliação e se as condições estavam reunidas ou se previa algum aspeto que o Conselho Pedagógico deveria ter conhecimento. Às 10h45 entrou o discente David Brito. Sobre o programa das unidades optativas, a discente Filipa Teixeira referiu que na inscrição destas mesmas unidades é preciso pagar determinada quantia e que por isso complicado os alunos inscreverem-se em cadeiras cujo programa por vezes não têm conhecimento e, por estas razões, é necessário fazer mais do que pedir a publicação. O Dr. Jorge Pação recordou que o Conselho Pedagógico tem competência para a emissão de recomendações em matéria pedagógica, nomeadamente sobre a publicitação dos programas das disciplinas. A Prof. Doutora Miriam Afonso Brigas questionou a Diretora Executiva relativamente ao número de programas que tinham sido enviados até à data limite. O discente David Brito, abordando questões associadas aos mestrados, levantou dúvidas sobre qual iria ser o regime a aplicar às orais tendo em conta que houve orais depois dos recursos, no primeiro semestre, e perguntou de que maneira se poderia combater estas situações.

A Prof.^a Doutora Cláudia Madaleno afirmou que as dificuldades do primeiro semestre não se iriam repetir no segundo semestre porque o período de avaliação do semestre anterior coincidiu com o tempo de atuação de parametrização da CUBE IT. Relativamente à questão das cadeiras optativas, informou que foram deferidas



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

mudanças de optativa com base na falta de programa ou mudanças na regência; todavia, se o aluno não o requeresse, não era possível embolsar a despesa. No que concerne às orais depois dos recursos nos mestrados, a Diretora executiva reconheceu dificuldades na aplicação do novo regulamento por parte dos docentes mas referiu que, agora, por já haver maior conhecimento do regulamento, todas as situações seriam resolvidas com muito maior normalidade. A discente Joana Costa Lopes referiu depois o caso da turma B do 3º ano, que, não tendo o programa disponível, na cadeira de Processo Civil, deu lugar a uma discrepância entre as turmas. O discente Eduardo Moita afirmou existir uma alteração no despacho que fixou as provas no 3º ano, turma B, pois constatou que a ordem que aparece no despacho não foi a estabelecida em reunião. A Prof.ª Doutora Cláudia Madaleno mostrou prontidão em resolver esta situação, corrigindo-a.

O discente David Brito notou que o regulamento é omissivo relativamente ao regime das orais e que o problema não é necessariamente de não se saber aplicar o regulamento e colocou a questão do porquê de os mestrados deixarem de existir em horário diurno. O discente João Pinto Ramos, abordando o excesso de alunos por subturma, perguntou se o problema é da plataforma informática ou dos parâmetros neles introduzidos. A discente Jéssica Lopes questionou o porquê de nos mestrados as orais de melhoria serem limitadas. A Prof.ª Doutora Cláudia Madaleno afirmou não ter conhecimento de excesso de alunos por turno nas orais nos mestrados e disse não saber o porquê das orais serem limitadas. A discente Filipa Teixeira saiu às 11h. O Dr. Tiago Fidalgo Freitas entrou às 11h03. O discente Francisco Pimenta saiu às 11h05.

O Prof. Doutor José Renato Gonçalves agradeceu uma vez mais a presença e disponibilidade da Diretora Executiva para responder a todas as questões colocadas, tendo a responsável abandonado depois a reunião. O Presidente do Conselho adiou o ponto 3 da ordem de trabalhos, por não ter sido ainda emitido o parecer do Conselho Científico, e iniciou a discussão e votação do projeto de ata da reunião antecedente. A Prof. Doutora Miriam Afonso Brigas prometeu que enviaria algumas propostas de alteração ao projeto de ata até ao final do dia seguinte. A discente Mónica Almeida, que secretariou a última reunião, pediu aos membros do Conselho que enviassem as propostas de alteração com maior antecedência para que o texto final possa ser aprovado na reunião seguinte. O Dr. Jorge Pação saiu às 11h13. O Prof. Doutor José Renato Gonçalves perguntou aos membros presentes se, sem ter em conta as possíveis alterações a enviar sobre aspetos de ordem formal, poderia considerar aprovado o



projeto de ata distribuído. A ata foi aprovada por unanimidade.

No ponto da Ordem de Trabalhos relativo a Outros Assuntos, o Dr. Tiago Fidalgo Freitas protestou, novamente, contra o atraso na planificação das provas. O discente David Brito reconheceu que não se verificou o pessimismo que tinha anunciado relativamente ao calendário de exames e à respetiva marcação, mas criticou o facto de os alunos de mestrado não terem sido ouvidos e alertou para o facto de se referir no despacho do diretor que o Conselho Pedagógico tinha sido ouvido, quando isso que não se tinha verificado. O Prof. Doutor José Renato Gonçalves referiu que solicitou a pronúncia dos membros do Conselho em relação às propostas de calendarização dos exames enviadas pela Direção. O discente David Brito referiu que só o calendário dos exames da licenciatura publicado tinha sido apreciado pelo plenário do Conselho Pedagógico e referiu um caso no mestrado de direito empresarial que devido ao facto de a regente estar de licença as aulas só seriam lecionadas em datas muito próximas do exame pelo que se o Conselho Pedagógico tivesse de facto sido ouvido também quanto a esse calendário se teria evitado o problema, com o adiamento da prova. A Prof. Doutora Miriam Afonso Brigas saiu às 11h24 por ter uma aula a lecionar. O Dr. João Serra de Sousa saiu às 11h24.

O Dr. Tiago Fidalgo Freitas propôs uma recomendação de carácter genérico à direção, atendendo a que o Conselho tem competência para se pronunciar sobre esta matéria, e afirmou que a direção não respeita as considerações do Conselho Pedagógico. O Prof. Doutor José Renato Gonçalves não excluiu a possibilidade de o Conselho emitir uma recomendação sobre o assunto, mas salientou que, ao contrário do afirmado, a Direção tem acolhido numerosas recomendações e sugestões do Conselho Pedagógico, muitas destas transmitidas a título informal, pessoalmente ou através de mensagem eletrónica para o Senhor Diretor, o que permitiu, nomeadamente, ajustamentos dos calendários de exames, quando justificado, quase sempre na sequência de sugestões apresentadas por alunos ou pela Associação Académica ao Presidente do órgão.

Quanto à proposta de alteração do exame escrito de Direito Empresarial do mestrado, o Prof. Doutor José Renato Gonçalves perguntou se os membros do Conselho tinham conhecimento da oposição de algum aluno. O discente David Brito afirmou que praticamente todos os alunos já tinham demonstrado o desejo de alterar a referida data de exame. O Presidente do Conselho perguntou se todos concordavam com a proposta de alteração de data de exame. Como ninguém se opôs, a proposta seria comunicada tão



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

brevemente quanto possível à Direção. O discente David Brito salientou a utilidade de o Conselho Pedagógico continuar a recorrer à audição dos seus membros por via eletrónica sempre que as questões a tratar sejam urgentes e o adiamento da respetiva apreciação até à reunião seguinte possa prejudicar o funcionamento ou a programação de atividades da Faculdade. O Prof. Doutor José Renato Gonçalves subscreveu a preocupação manifestada e reconheceu a grande utilidade do meio de pronúncia rápida do Conselho, a que se tem recorrido em situações urgentes. A discente Raquel Goldschmit voltou a sublinhar que é importante ter a certeza de que existe mesmo consenso na pretensão de alterar a data do exame.

O discente Eduardo Moita informou ainda que os emails de convocatória da reunião não chegaram a todos os conselheiros. O Presidente do Conselho pediu a indicação do nome e do email do conselheiro, ou dos conselheiros, que não recebeu, ou não receberam, a convocatória, para verificação do problema pelo secretariado. O discente David Brito solicitou que na recordatória à Direção sobre a audição do Conselho Pedagógico se admitisse a possibilidade da AAFDL ser ouvida na marcação do calendário das provas de mestrado. O Prof. Doutor José Renato Gonçalves comprometeu-se, após votação nesse sentido, a abranger esse aspeto na comunicação, declarando, depois, concluída a reunião cerca das 11h40.

O Presidente do Conselho Pedagógico



(Prof. Doutor José Renato Gonçalves)

O Aluno que secretariou a reunião do Conselho Pedagógico



(Afonso Olivares)